

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 05/2014

Período: 01/03/2014 – 07/03/2014

GEDES – Brasil

- 1- Comissão Nacional da Verdade avança no caso do ex-deputado federal Rubens Paiva
- 2- Ministério Público Federal questiona Lei da Anistia
- 3- Itália iniciou o maior julgamento internacional dos crimes cometidos pelos regimes militares da América do Sul
- 4- Minissérie exibirá depoimentos sobre o regime militar
- 5- Procuradoria-Geral da República se posiciona contra decisão de corte militar que impediu o acesso a gravações secretas de julgamentos do tribunal
- 6- Comissão Nacional da Verdade se prepara para entregar o relatório final

1- Comissão Nacional da Verdade avança no caso do ex-deputado federal Rubens Paiva

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o depoimento do coronel reformado Armando Avólio Filho contribuiu para os esclarecimentos acerca da morte do ex-deputado federal Rubens Beyrodt Paiva, em 1971. O militar relatou que viu o tenente Fernando Hughes de Carvalho em uma sala de interrogatório com um homem gravemente ferimento, que foi posteriormente reconhecido como sendo Paiva. A principal colaboração de Avólio para o caso foi a revelação de que ele teria informado o estado do preso ao comandante do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do 1º Exército, o então major José Antonio Nogueira Belham. Atualmente, o general Belham e o tenente Carvalho são apontados como participantes do assassinato do ex-deputado. Hughes faleceu em 2005 e Belham afirmou que não estava presente no DOI-Codi quando Paiva foi preso. De acordo com o jornal, declarações de oficiais reformados em conjunto com documentos contradizem as afirmações de Belham, o que levará o Ministério Público Federal a pedir a abertura de uma ação contra o general. O coordenador da Comissão Nacional da Verdade, Pedro Dallari, afirmou que ainda é fundamental descobrir o paradeiro dos restos mortais de Paiva. (*Folha de S. Paulo – Poder – 02/03/14*)

2- Ministério Público Federal questiona Lei da Anistia

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o Ministério Público Federal (MPF) enfrenta dificuldades em abrir ações penais contra agentes do regime militar (1964-1985). Após o Supremo Tribunal Federal (STF) decidir na ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 153, proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pela validade da Lei da Anistia (1979) e manutenção do perdão aos oficiais suspeitos de tortura. Os procuradores, como tática, denunciam os militares por sequestro, por se tratar de crime de natureza continuada e ocultação de cadáver – crimes que, em tese, não prescrevem até que a vítima seja encontrada. A defesa dos acusados sustenta que a Anistia beneficiou os dois lados, tanto os guerrilheiros da

esquerda quanto os agentes da repressão. (Folha de S. Paulo – Poder – 02/03/14)

3- Itália iniciou o maior julgamento internacional dos crimes cometidos pelos regimes militares da América do Sul

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, a Itália iniciou o maior julgamento internacional sobre os crimes cometidos durante os anos 70 e 80 na América do Sul, pela chamada Operação Condor. A Operação foi criada em 1975 para estabelecer a cooperação entre os governos militares da Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai e Bolívia, e contou com o apoio da agência de espionagem estadunidense (CIA, na sigla em inglês) no combate às guerrilhas e movimentos de resistência. Segundo *O Estado*, o julgamento tem como foco a morte de 23 pessoas com cidadania italiana e acusa 35 militares e políticos sul-americanos, sendo que esses podem ser condenados até mesmo à prisão perpétua. Apesar de duas vítimas terem sido sequestradas no Brasil, nenhum militar brasileiro será julgado. Inicialmente, em 2005, as investigações do Ministério Público italiano resultaram em uma lista de 140 indiciados, sendo doze brasileiros, porém, a Justiça italiana estabeleceu que, em uma primeira etapa, só serão julgados os casos de países onde será possível contar com a colaboração do governo, nos quais se configurou responsabilidade direta pelos crimes do período. O julgamento durará dois anos e ao final, em caso de condenação, o juiz poderá pedir a extradição do militar para que a pena seja cumprida na Itália. Para o deputado italiano Fabio Porta, o julgamento é "um acontecimento histórico" e uma oportunidade para fazer justiça às vítimas. *O Estado* relembrou ainda dois casos ocorridos no Brasil, os sequestros de Lorenzo Viñas e Horácio Campiglia, ambos ligados a organização político-militar argentina de guerrilha urbana Montoneros. Viñas foi detido pela polícia brasileira na cidade de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, em um ônibus com destino ao Rio de Janeiro, onde ele planejava embarcar para a Itália e fugir da repressão do regime militar argentino. Campiglia foi sequestrado no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, por militares argentinos que foram autorizados pelo governo brasileiro a agir assim que o avião do militante pousasse. O governo argentino acreditava que Campiglia estaria voltando ao país para coordenar ações de guerrilha. (*O Estado de S. Paulo* – Política – 03/03/14)

4- Minissérie exibirá depoimentos sobre o regime militar

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, ativistas e intelectuais falarão sobre mudanças no cotidiano decorrentes do regime militar (1964-1985) na minissérie "Travessia". Serão exibidos depoimentos do cantor e compositor Carlos Lyra, do historiador e crítico de cinema Jean-Claude Bernardet, do ex-dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) Wladimir Pomar e da ativista e viúva do guerrilheiro Carlos Marighella, Clara Charf. (*Folha de S. Paulo* – Ilustrada – 04/03/14)

5- Procuradoria-Geral da República se posiciona contra decisão de corte militar que impediu o acesso a gravações secretas de julgamentos do tribunal

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a Procuradoria-Geral da República emitiu parecer contrário a decisão do Superior Tribunal Militar (STM) que proibiu o acesso às gravações de áudio correspondentes às sessões secretas de julgamentos ocorridos durante o regime militar (1964-1985). Em 2006, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou o acesso às gravações após um pedido do advogado Fernando Fernandes. No entanto, em março de 2011, Fernandes buscou os arquivos e foi impedido de ter acesso às gravações das sessões secretas em que os julgadores do STM apresentavam seus votos. O advogado recorreu ao STF novamente em julho de 2011, em ação conjunta com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), porém, a corte militar alegou em sua defesa que liberar o acesso aos arquivos infringiria a regra interna que protege "a honra e a imagem das pessoas" e que só entregaria esses dados secretos a agente público e "ao cidadão, no que diga respeito à sua pessoa". Segundo o parecer do procurador-geral da República Rodrigo Janot, não se pode falar em desonra e violação de imagem dos presentes nos julgamentos uma vez que "o nobre ato de julgar se opera em público e não às escondidas", além disso a proibição imposta pelo STM violou a decisão proferida pelo STF em 2006. (Folha de S. Paulo – Poder – 05/03/14)

6- Comissão Nacional da Verdade se prepara para entregar o relatório final

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, os recentes depoimentos recolhidos pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) e pelas comissões estaduais não acrescentaram informação alguma aos casos investigados e, agora, a CNV direcionou seu foco para a produção do relatório final. O atual coordenador da CNV, Pedro Dallari, alegou que as investigações já realizadas obtiveram um bom resultado e que a CNV não irá "esgotar todas as investigações" e, portanto, os esforços serão direcionados à organização do material reunido e da redação do relatório. O coordenador espera entregar o relatório 6 dias antes do prazo final previsto pela presidenta da República, Dilma Rousseff, fazendo com que a entrega coincida com o Dia Internacional dos Direitos Humanos, celebrado no dia 10 de Dezembro. No entanto, de acordo com *O Estado*, as divergências internas e a pressão exercida por familiares para que continuem a apurar as mortes e os desaparecimentos preocupa tanto a CNV quanto o Palácio do Planalto em relação ao cumprimento do prazo de entrega. Devido às expectativas políticas em relação ao relatório, que é esperado como um marco na área de Direitos Humanos do governo de Rousseff, o prazo não deverá ser adiado novamente. O governo pretende ainda utilizar o documento diante da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) que condenou o Brasil, em 2010, por violações de direitos humanos durante a Guerrilha do Araguaia (1979). Na opinião de alguns militantes, a preocupação do governo com a CIDH é grande e foi a principal motivação na criação da CNV. Nos últimos meses de trabalho a comissão tem lidado com opiniões divergentes sobre o que fazer: enquanto alguns integrantes pedem por mais esclarecimentos nos casos de mortos e desaparecidos, outros acreditam que esse tempo final deveria ser dedicado aos depoimentos das vítimas. O atual coordenador afirmou que foi escolhido focar nos casos de desaparecidos e que, apesar das divergências, já possui o segundo esboço do relatório, base definitiva para o documento final. Esse esboço se juntará aos relatórios parciais de cada integrante até julho e então

será encaminhado ao sociólogo José Almino Arraes, responsável pela redação do texto final. Estima-se que o documento terá por volta de 500 páginas. A conclusão do relatório afirmará que as prisões políticas e a tortura foram parte da política do Estado a partir do golpe militar de 1964. (O Estado de S. Paulo – Política – 05/03/14)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais);
Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista Proex);
Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Grazielle Gouveia (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais);
Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais);
Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais);
Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Victor Brando Coelho (Redator, graduando em Relações Internacionais)